

Metas enganosas: o Brasil em Copenhague



ANTONIO CARLOS MENDES THAME

Esperava-se que os governos compa-
recessem à Conferência da ONU
sobre Mudanças Climáticas —
COP 15, em Copenhague, levando com-
promissos vigorosos de redução das suas
emissões de gases do efeito estufa.

Desafortunadamente, não foi o que
ocorreu. A maioria dos países (com ex-
ceção dos integrantes da União Euro-
péia) não definiu sua posição ou condi-
cionou suas propostas ao comprometimento
também das demais nações.

Quanto aos países em desenvolvimento,
inclusive o Brasil, continuaram com a
surrada ladainha de que caberia so-
mente aos países ricos reduzir as emis-
sões, porque estão emitindo há mais
tempo. Reivindicam, além disso, que os
países industrializados lhes paguem,
para que também possam realizar as
ações de mitigação.

A União Européia foi o único bloco a
assumir unilateralmente o compromi-
so, até 2020, de reduzir em 20% suas emis-

sões, tomando como base o que era emitido
em 1990. Além disso, reafirmou que,
se os demais países também concordas-
sem, estaria disposta a aumentar essas
metas de 20 para 30%.

Já os Estados Unidos, cerceados pelo
conservadorismo de seu Senado, apenas
aventaram a hipótese de reduzir em 17%
suas emissões em relação ao ano de 2005,
o que equivale a uma redução de menos
de 4% em comparação com o que era emitido
em 1990. Menos que o previsto no
Protocolo de Quioto! A única novidade é
que os americanos aceitaram contribuir
proporcionalmente para constituir um
fundo internacional de ajuda aos países
"efetivamente necessitados" e que acei-
tem ter suas reduções de emissões medi-
das, reportáveis e verificadas.

Tais proposições, evidentemente, fo-
ram insuficientes para induzir ao neces-
sário acordo que vai permitir enfrentar o
aquecimento global. Por que não se con-
segue avançar? Por haver incompreen-
são da gravidade das mudanças climá-
ticas resultantes do aquecimento global e
dos efeitos desastrosos que advirão, os
quais, aliás, já estão se manifestando por
meio de eventos climáticos extremos? Ou
por que o crescimento econômico está
ainda vinculado a práticas que envolvem
grandes emissões de gases de efeito estufa?
Ou por que os governos dos países em
desenvolvimento consideram que assu-
mir compromissos de redução das emis-
sões de seus gases significa um sacrifício
injustificável que prejudica suas aspira-
ções de desenvolvimento?

Para Ban Ki-moon, Secretário Geral
da ONU, há outra questão: "está faltando

uma liderança respeitada não só pelos
países industrializados, mas também pe-
los emergentes, capaz de dizer que todos
devem fazer sua parte e de dar o próprio
exemplo de sacrifício e desprendimento,
para romper a inércia e induzir a aprova-
ção de diretivas juridicamente vinculantes,
de caráter mandatório, que sejam
cumpridas por todos".

Ora, por que esta liderança não pode
ser exercida pelo Brasil? Por que não re-
cuperamos a posição de vanguarda que o
país desempenhou em 1992 (na Rio 92) e
em 97 (em Quioto)?

Afinal, o Brasil não levou a Copenha-
gue sua proposta de reduzir em aproxi-
madamente 38% as emissões previstas
para 2020?

Exatamente aí reside o "x" da ques-
tão. A meta apresentada pelo Brasil não
tem um "ano base", ou seja, não mencio-
na se a redução nas emissões se refere ao
que é hoje emitido, ao que era emitido
em 2005 e muito menos às emissões de
1990. A proposta brasileira estipula uma
redução de 38% em relação à "tendên-
cia", ou seja, refere-se à previsão do que
poderá ser emitido em 2020 se nada for
feito para evitar tais emissões! Em ou-
tras palavras, é uma redução em cima do
que foi acrescido: uma espécie de "pseu-
dodoliquidação", em que antes se majoram
os preços, para em seguida dar o mais
vistoso desconto. São metas impossíveis
de mensurar e verificar. Nas palavras
textuais de José Goldemberg: "envolve
exercício de futurologia, o que deveria
ter sido evitado".

Em seu discurso no plenário da COP,
o presidente Lula confirmou que as me-

tas brasileiras nada significam, ao reite-
rar que "os países em desenvolvimento
ficaram cem anos sem crescer, por isso
não é justo que peçam para que façamos
agora um sacrifício". O resultado é que
Lula pode ser até aplaudido pela eloquên-
cia, mas o país não é levado a sério nos
fóruns internacionais.

O Protocolo de Quioto se esgota em
2012. Até lá é preciso prorrogá-lo ou ado-
tar um tratado internacional que o subs-
titua. Desastrosamente, isto não ocorreu
agora em Copenhague. A COP 15 não
conseguiu chegar a um acordo. Aliás,
não produziu sequer um texto político,
sem caráter vinculante, mas de consenso
para servir de orientação e amarrar os
próximos passos dos negociadores.

O fracasso foi absolutamente comple-
to, trazendo profunda decepção e certa
desilusão. Desilusão com a demora, por-
que, na verdade, ninguém admite a hipó-
tese de que a humanidade toda vai ficar
inerte, abalhada, sem nada fazer para
enfrentar as mudanças climáticas.

Os benefícios imediatos advindos do
adiamento da ação ou de uma ação insu-
ficiente são muito pequenos para com-
pensar correr o risco de sofrer as irre-
versíveis consequências catastróficas
projetadas.

O acordo terá que sair em 2010, no
México. A cada ano de atraso, porém,
vai ficando mais difícil e mais caro in-
terromper esta marcha da insensatez
que coloca a humanidade no limiar de
uma tragédia.

ANTONIO CARLOS MENDES THAME é
deputado federal (PSDB/SP)

